



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Proposição de Lei nº01/2.025

Altera dispositivos da Lei nº 1.321/91, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bom Despacho/MG, bem como das Leis Municipais nº 2.740/2019, nº 2.349/2013, nº 2.350/2013, nº 2.351/2013 e nº 2.352/2013, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 64, inciso VI da Lei 1.321/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Bom Despacho/MG, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64 Será considerado de efetivo exercício o período de afastamento em virtude de:

VI – Licença à gestante, conforme artigo 103 desta Lei;”

Art. 2º O art. 103 da Lei 1.321/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Bom Despacho/MG, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103 À servidora gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de cento e oitenta dias consecutivos, com remuneração integral referente ao cargo efetivo.

Parágrafo único – A licença deverá se requerida a partir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição em contrário.”

Art. 3º O artigo 4º, §1º da Lei 2.740/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O salário-maternidade é devido à servidora, durante 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início até 28 (vinte e oito) dias antes da data prevista para o parto e término após o cumprimento do período total, observadas as situações e condições comprovadas por atestado médico.”

§ 1º O valor do salário-maternidade será equivalente à remuneração integral referente ao cargo efetivo.”

Art. 4º O artigo 5º, inciso I da Lei 2.740/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Ao servidor ou servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança até oito



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



anos de idade, é devido salário-maternidade pelo período de:

I – cento e oitenta dias, se a criança tiver até um ano de idade;”

Art. 5º O artigo 10, §8º da Lei 2.349/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Gestão Pública – GDAGP – devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º desta Lei, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições, observando-se os seguintes limites:

§ 8º Perderá o direito à GDAGP o servidor que estiver afastado de suas funções, por qualquer motivo, ainda que o afastamento seja justificado e tenha caráter eventual, transitório ou temporário, exceto nos casos previstos nesta lei e durante o período de licença-maternidade, conforme legislação vigente.”

Art. 6º O artigo 9º, §8º da Lei 2.350/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria-Fiscal Municipal – GDAAF – devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º desta Lei, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições, observando-se os seguintes limites:

§ 8º Perderá o direito à GDAAF o servidor que estiver afastado de suas funções, por qualquer motivo, ainda que o afastamento seja justificado e tenha caráter eventual, transitório ou temporário, exceto nos casos previstos nesta lei e durante o período de licença-maternidade, conforme legislação vigente.”

Art. 7º O artigo 9, §8º da Lei 2.351/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Municipal – GDFA – devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º desta Lei, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições, observando-se os seguintes limites:

§ 8º Perderá o direito à GDFA o servidor que estiver afastado de suas funções, por qualquer motivo, ainda que o afastamento seja justificado e tenha caráter eventual, transitório ou temporário, exceto nos casos previstos nesta lei e durante o período de licença-maternidade, conforme legislação vigente.”

Art. 8º O artigo 10, §8º da Lei 2.352/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Gestão Pública – GDAGP – devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º desta Lei, quando em exercício das atividades inerentes às suas atribuições, observando-se os seguintes limites:

§ 8º Perderá o direito à GDAGP o servidor que estiver afastado

Espontp

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



de suas funções, por qualquer motivo, ainda que o afastamento seja justificado e tenha caráter eventual, transitório ou temporário, exceto nos casos previstos nesta lei e durante o período de licença- maternidade, conforme legislação vigente."

Art. 9º O servidor que estiver em gozo da licença-maternidade na data da publicação desta Lei terá direito à prorrogação automaticamente pelo prazo estabelecido.

§1º O servidor cuja licença-maternidade tenha terminado nos sessenta dias anteriores à data de publicação desta Lei, mesmo que tenha retornado ao exercício de suas funções, e desde que ainda esteja amamentando, poderá requerer prorrogação pelo período faltante para completar 180 (cento e oitenta dias), contados da data da concessão da licença e direito ao reconhecimento da gratificação por desempenho pelo tempo afastado.

§2º A prorrogação de que trata o §1º deverá ser requerida antes de se completarem 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da concessão da licença-maternidade e não poderá exceder esse prazo.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Despacho, 17 de fevereiro de 2025.


Maique

Presidente da Câmara Municipal


Rodrigo Chapola

Vice-presidente da Câmara Municipal


Eltinho

1º Secretário da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



CERTIDÃO

Certifico que consta da Ata da 03ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Bom Despacho, realizada em 18/02/2025, que foi colocado em pauta para discussão e votação o Projeto de lei nº 01/2025 de autoria do chefe do executivo que “Altera dispositivos da Lei nº 1.321/91, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do município de Bom Despacho/MG, bem como das Leis Municipais nº 2.740/2019, nº 2.349/13, nº 2.350/13, nº 2.351/13 e nº 2.352/13, e dá outras providências”, sendo este aprovado por unanimidade com emendas. Certifico por fim, que estavam presentes a totalidade dos vereadores, e não tendo votado apenas o Vereador Maique (Presidente) em atendimento ao disposto no artigo 48 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho.

Bom Despacho, 18 de fevereiro de 2025.

Marinely Martinez de Andrade